

JUSTIFICATIVA

Senhores(as) Vereadores(as);

Apresentamos à elevada deliberação de Vossas Excelências o incluso Projeto de Lei, que tem por objeto prover a revisão geral anual dos subsídios mensais dos Secretários Municipais, a partir de 1º de janeiro de 2026.

Oportuno destacar que a presente propositura não contempla a revisão dos subsídios do Chefe do Executivo e da Vice-Prefeita. Tal medida decorre de manifestação expressa de tais agentes políticos, por meio do Ofício nº 017/2026.

No referido documento, a Administração Municipal solicitou a retirada dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito da proposta de reajuste, pautando-se nos princípios da razoabilidade administrativa, do equilíbrio das contas públicas e da sensibilidade ao contexto econômico-financeiro atual.

Por outro lado, a manutenção da revisão para os Secretários Municipais justifica-se pela natureza técnica de suas atribuições e pela alta responsabilidade inerente aos cargos.

Assim, a revisão geral busca mitigar a defasagem inflacionária acumulada, assegurando a valorização necessária para a continuidade de uma gestão pública eficiente e profissional.

Para a revisão anual dos subsídios, utilizou-se o índice do IPCA-IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado nos últimos 12 meses, perfazendo o total de 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centésimos por cento).

A referida correção atende às exigências constitucionais e legais, especialmente o disposto no art. 39, § 4º c/c art. 37, X, ambos da CF/88, bem como as orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

S. Sessões, assinado e datado eletronicamente.

RAQUEL SARTORI
Presidente

PAULO ANDRÉ FANECO
1º Secretário

LUIZINHO BARBEIRO
2º Secretário

PROJETO DE LEI

(de autoria da Mesa Diretora)

ESTABELECE ÍNDICE DE REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º A revisão geral anual, de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, será feita pela aplicação do percentual de 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centésimos por cento) sobre os subsídios dos Secretários Municipais, correspondente ao índice IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses, passando o art. 1º da Lei nº 5.734, de 4 de julho de 2024, a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os subsídios dos agentes políticos abaixo indicados, a serem pagos mensalmente, em parcela única, são assim fixados:

(...)

III – Secretários Municipais: R\$ 6.967,24 (seis mil, novecentos e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

(...)”

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2026.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

S. Sessões, assinado e datado eletronicamente.

RAQUEL SARTORI
Presidente

PAULO ANDRÉ FANECO
1º Secretário

LUIZINHO BARBEIRO
2º Secretário